

12/14/95 16:25 X 0000000000000000 IOCHPE MAXION SA 02

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA IOCHPE-MAXION S.A.

Pelo presente instrumento particular, como **EMISSIONA IOCHPE-MAXION S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida das Nações Unidas, 17.891, 8º, 9º, 10º andares, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nr. 61.156.113/0001-75, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, como **AGENTE FIDUCIÁRIO SANVEST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade de São Paulo - SP, na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 2504 - 8º andar, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nr. 67.030.395/0001-46, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, vem por esta e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura Particular de Emissão de Debêntures conversíveis em ações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSIONA** realizada em 28 de novembro de 1995 e na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 1995.

II - DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada CVM, na forma das Leis nrs. 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

up

by Gx

3. REGISTRO DA ESCRITURA

A presente escritura de emissão, será registrada no Cartório de Registro de Imóveis do lugar da sede da Companhia.

III - DO TÍTULO E SUA EMISSÃO

As debêntures cujas condições e características seguem abaixo transcritas, serão emitidas observando-se o seguinte:

1. COLOCAÇÃO:

O lançamento será público, mediante a intermediação de instituição(ões) Financeira(s).

2. DATA DE EMISSÃO:

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01 de dezembro de 1995.

3. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO:

O prazo de vencimento das debêntures, objeto desta emissão será em 01 de dezembro de 2.000, ou em ocorrência das hipóteses previstas no item 23 deste instrumento.

4. VALOR DA EMISSÃO:

O valor da emissão será de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), em 01.12.95.

5. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES:

Serão emitidas 12.000 (doze mil) debêntures. O Conselho de Administração da Companhia cancelará quantidade de debêntures que corresponde ao número de bônus de subscrição subscritos pelos acionistas nos prazos estabelecidos na Assembléia Geral Extraordinária, de 28.11.95.

6. SÉRIES:

A emissão será em duas séries, sendo a primeira, de 4.800 (quatro mil e oitocentas) debêntures conversíveis em ações ordinárias e a segunda, de 7.200 (sete mil e duzentas) debêntures conversíveis em ações preferenciais.

JOCH

7. VALOR NOMINAL:

Todas as debêntures desta emissão terão o valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data de emissão.

8. FORMA:

As debêntures serão nominativas sob a forma escritural e mantidas em instituição financeira autorizada a prestar este tipo de serviço.

9. ESPÉCIE:

As debêntures serão da espécie com garantia flutuante, sendo conversíveis em ações.

10. PROCEDIMENTO:

Na colocação das debêntures junto ao público será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, referido no art.33 da Instrução CVM nr. 13/80.

11. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO:

Será o Valor Nominal Unitário, acrescido de juros decorridos de 10% a.a. e atualizado monetariamente pela variação do INPC, desde a data de emissão até a data de subscrição, ambos calculados *pro rata temporis*.

12. FORMA DE PAGAMENTO:

O preço de subscrição das debêntures será pago à vista, no ato da subscrição.

13. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

As debêntures terão o seu valor nominal atualizado monetariamente, a partir da data da emissão, segundo a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

13.1. Caso não seja mais vedado e/ou passe a ser permitida expressamente a atualização monetária das obrigações mediante utilização do INPC em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, será a mesma aplicável, independentemente de qualquer outra formalidade ou ajuste à escritura, sendo certo que a atualização passará a incidir no menor período permitido.

13.2. Na hipótese de extinção do referido indexador, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicação, adotar-se-á em seu lugar outro

que melhor represente a perda do valor da moeda nacional no tempo, aprovado em Assembléia Geral de Debenturistas, que será convocada em tempo hábil, observado o disposto na legislação em vigor.

13.3. Na hipótese de atraso na divulgação do INPC ou, ainda, em caso de sua indisponibilidade em eventos, excetuando-se a subscrição, tais como aquisições facultativas, amortizações programadas, vencimento antecipado das debêntures ou, ainda, no pagamento dos juros remuneratórios, o valor a ser pago será calculado com base no último INPC disponível, calculado de forma "pro rata die".

13.4. Na hipótese de não divulgação do INPC ou no caso de sua indisponibilidade por prazo superior a 30 (trinta) dias, será utilizado o Índice estipulado para cálculo do prêmio, não cabendo, quando da divulgação do Índice original, qualquer reembolso, tanto por parte dos debenturistas, quanto por parte da Companhia, passando, a partir da sua divulgação, a ser novamente utilizado como Índice de remuneração das debêntures.

14. JUROS REMUNERATÓRIOS:

As debêntures serão remuneradas, a partir da data de emissão, com juros de 10% (dez por cento) ao ano, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o valor nominal atualizado das debêntures, pagos, anualmente, sempre no primeiro dia do mês de dezembro, ocorrendo o primeiro pagamento em 01.12.96 e o último em 01.12.2000, data de vencimento das debêntures.

A Companhia pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: nas eventuais conversões de debêntures em ações, resgates programados, aquisições facultativas, vencimento antecipado e resgate antecipado.

15. JUROS MORATÓRIOS E MULTA:

A taxa de juros será elevada em 1% (hum por cento) ao mês, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impropriedade da Companhia no pagamento dos juros ou do principal reajustado das debêntures, nas épocas em que for devido, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização desta obrigação, incidente sobre as parcelas não pagas, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures.

Conf. G

Uy

hipótese, os debenturistas terão a faculdade de solicitar a conversão de suas debêntures ou entregá-las a resgate mediante o pagamento, pela **COMPANHIA**, de um prêmio especial de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor nominal atualizado da debênture, acrescido de juros e prêmio *pro rata temporis*, nos termos da escritura de emissão.

20. LOCAL DO PAGAMENTO:

Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP ou, ainda, em Instituição Financeira contratada para este fim pela **COMPANHIA**.

21. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo a qualquer título aos valores a serem pagos.

22. PUBLICIDADE:

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, no jornal GAZETA MERCANTIL - edição nacional.

23. VENCIMENTO ANTECIPADO:

O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures, objeto da emissão, e exigir o imediato pagamento pela **COMPANHIA** do valor nominal atualizado monetariamente *pro rata temporis* até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o estipulado no item 13, acrescido dos juros e prêmio, se houver, na ocorrência dos seguintes eventos:

i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **COMPANHIA**;

ii) pedido de concordata preventiva formulado pela **COMPANHIA**;

iii) liquidação ou decretação de falência da **COMPANHIA**;

iv) falta de cumprimento pela **COMPANHIA** de qualquer obrigação prevista na escritura de emissão não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;

v) vencimento antecipado de qualquer dívida da **COMPANHIA** em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da **COMPANHIA** prevista na escritura de emissão.

24. CONVERSIBILIDADE:

24.1. As debêntures das 1a. e 2a. séries poderão ser convertidas, a qualquer tempo, à opção de seus titulares, em 62.500 (sessenta e duas mil e quinhentas) ações ordinárias e 62.500 (sessenta e duas mil e quinhentas) preferenciais do capital social da Companhia, conforme as respectivas séries.

24.2. O número de ações decorrente da conversão das debêntures mencionadas no sub-item anterior será ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data da emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

24.3. No caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital decorrentes serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial da sede da Companhia no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei 6.404, de 15.12.76 e no Estatuto Social da Companhia.

24.4. As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações ordinárias e preferenciais negociadas em Bolsa de Valores à época da conversão e farão jus a bonificação distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Companhia, a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista.

24.5. Sempre que a Companhia aumentar seu capital social com emissão de novas ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da Companhia, ou no prazo do eventual direito de prioridade, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 dias a contar da publicação do primeiro Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço fixado para a subscrição das novas ações.

24.6. Até o vencimento final da presente emissão, caso a Assembleia Geral da Companhia delibere emitir outras debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada, os debenturistas detentores de debêntures desta emissão terão, a seu critério, o direito de converter

LMF
CA

LMF

as suas debêntures pelo mesmo preço, igual espécie e classe de ações estipuladas para as conversões das novas emissões.

24.7. Na hipótese de a Assembléia Geral da Companhia deliberar emitir bônus de subscrição, durante o prazo do exercício do direito de subscrição das ações decorrentes dos bônus, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço de exercício do bônus de subscrição.

24.8. As frações de ações decorrentes da conversão efetuada com base nos sub-ítem 24.5, 24.6. e 24.7. serão devidas em espécie, na data da solicitação da conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o 60. dia útil subsequente, pelo seu valor nominal atualizado na forma estabelecida no item 13.

24.9. As ações ordinárias decorrentes da conversão terão as seguintes características e vantagens:

24.9.1. Estatutárias

24.9.1.1. Com direito a voto;

24.9.1.2. Direito a recebimento do dividendo obrigatório, não inferior a 37% (trinta e sete por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei.

24.9.2. Decorrentes da Escritura de Emissão de debêntures

24.9.2.1. Farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Companhia, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista

24.9.2.2. Farão jus aos dividendos de 12/12 quando convertidas no primeiro semestre do exercício social e 6/12 se convertidas no segundo semestre.

24.10. As ações preferenciais decorrentes da conversão terão as seguintes características e vantagens:

24.10.1. Estatutárias

24.10.1.1. Sem direito a voto

24.10.1.2. Direito ao recebimento do dividendo obrigatório, não inferior a 37% (trinta e sete por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei;

24.10.1.3. Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, na proporção de sua participação no capital social, na hipótese de liquidação da sociedade.

24.10.1.4. Participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e da capitalização das reservas e lucros.

24.10.2. Decorrentes da Escritura de Emissão de Debêntures

24.10.2.1. Farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Companhia, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista.

24.10.2.2. Farão jus aos dividendos de 12/12 quando convertidas no primeiro semestre e 6/12 se convertidas no segundo semestre.

25. PERÍODO, ÉPOCA E LOCAL DA CONVERSÃO:

O direito a conversão das debêntures em ações poderá ser exercido, a qualquer tempo, exceto nos dias de realização de Assembléia Geral de Acionistas da Sociedade, observado o disposto neste item 24.

25.1. Os debenturistas que optarem pela conversão de suas debêntures deverão apresentar solicitação escrita nesse sentido, nas agências da instituição financeira prestadora do serviço aos debenturistas ou em outro local que a Sociedade venha a indicar.

26. PRÊMIO:

As debêntures farão jus a um prêmio que será pago nas mesmas datas de vencimento antecipado, resgates, aquisições facultativas e/ou resgates programados das debêntures constantes nos itens 17, 18, 19 e 23 incidente a partir da data da emissão, equivalente à diferença positiva, se houver, obtida entre os termos da seguinte fórmula:

$$Pn = (VN \times CM1) - VNA1 \text{ ou } Pn = (VN \times CM2) - VNA2$$

Sendo:

Pn = Prêmio "n", expresso em reais, a ser pago por debênture em conjunto com as aquisições facultativas, resgates, vencimento antecipado e resgates programados;

VN = Valor Nominal na data da emissão, ou seja, R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

CM1 = Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil no primeiro dia útil do período de sua vigência, regulamentada pela Resolução nº 2121 de 30/11/94 do Conselho Monetário Nacional, acumulada desde a data da emissão das debêntures até a data do efetivo pagamento do prêmio;

CM2 = Taxa Referencial - TR, instituída pela Lei 8.177 de 01.03.91, acumulada desde a data da emissão das debêntures até a data do efetivo pagamento do prêmio;

VNA1 = VN atualizado na forma do item 13, até a data do pagamento do prêmio; e

VNA2 = VN atualizado na forma do item 13, até a data do pagamento do prêmio, acrescido dos juros remuneratórios.

Os prêmios vincendos não serão devidos na hipótese de conversão das debêntures.

27. COMPROMISSO DE AQUISIÇÃO E CONVERSÃO:

A possibilidade de conversão integral das debêntures da 2a. série em ações preferenciais, sem violação ao limite estabelecido no artigo 15, parágrafo 2o., da Lei nr. 6.404/76, será assegurada por compromisso firme ora assumido pela acionista **COMPANHIA IOCHPE** de adquirir e converter em ações ordinárias o número de debêntures da 1a. série que se fizer para tanto necessário, à vista das conversões que vierem a ocorrer de debêntures da 2a. série em ações preferenciais, havendo a citada acionista desde logo concedido à Sociedade e à instituição financeira prestadora de serviços aos debenturistas poderes para efetivar a respectiva operação.

28. COMPROMISSO DE CESSÃO DE DIREITOS DE SUBSCRIÇÃO

Se a quantidade de debêntures da 1ª série não for suficiente para atender à totalidade dos direitos de subscrição dos acionistas titulares de ações ordinárias, o acionista controlador - **COMPANHIA IOCHPE** - assume o compromisso firme de ceder, aos demais acionistas a título gratuito, a parcela dos seus direitos de subscrição que se fizer necessária para garantir ditos direitos.

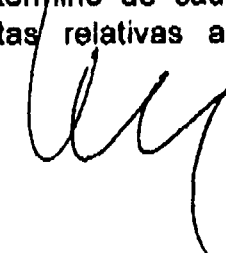
IV - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A **EMISSORA** está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;

b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;



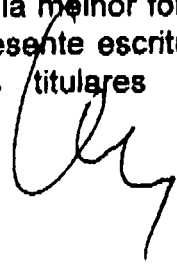
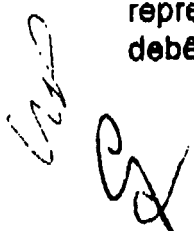
c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nr. 60 de 14/01/87, alterada pela Instrução CVM nr. 73 de 22/12/87, nos prazos previstos nos artigos 16 e 17, na citada Instrução; e

d) imediatamente, qualquer informação razoável que venha a ser solicitada.

2. Não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202 da Lei nr. 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora relativamente ao pagamento do principal atualizado monetariamente, conforme item 13 da cláusula III, juros e prêmio, se houver, relativos às debêntures objeto da presente escritura, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.
3. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.
4. Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nr. 60 de 14/01/87, e da Instrução CVM nr. 73 de 22/12/87, bem como, fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nr. 6.404/76.
5. Manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.
6. Manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas correntes.
7. Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A **EMISSORA** constitui e nomeia **AGENTE FIDUCIÁRIO** da emissão objeto da presente escritura, **SANVEST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, retro-qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para nos termos da lei e da presente escritura, representar perante ela, **EMISSORA**, a comunhão dos titulares das debêntures.



1. DECLARAÇÃO:

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

a) sob as penas da Lei não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3o. da Lei 6.404, de 15/12/76, e o artigo 9o. da Instrução CVM nr. 28 de 23/11/83, para exercer a função que lhe é conferida;

b) aceitar a função que lhe é conferida assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;

c) aceitar integralmente a presente escritura e todas as suas cláusulas e condições;

d) a **EMISSIONA** também declara não ter qualquer ligação com o **AGENTE FIDUCIÁRIO** que impeça a este exercer, plenamente, suas funções.

2. REMUNERAÇÃO:

2.1. 01 parcela de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a ser paga na assinatura da Escritura de Emissão.

2.2. Parcelas semestrais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a serem pagas no primeiro dia útil dos meses de junho e dezembro de cada ano, a partir de 1996, dentro das seguintes condições:

2.2.1. As parcelas dos itens acima serão corrigidas monetariamente a cada período de doze meses pela variação acumulada da Taxa Referencial que ocorrer no período, a partir do primeiro dia de dezembro de 1995, sendo que, se futuramente, a legislação assim permitir, a correção das parcelas, será trimestral, ou se esta periodicidade for proibida, prevalecerá a menor que vier a ser, legalmente, admitida, ou na falta deste, pelo mesmo Índice de atualização do valor desta emissão de debêntures, a partir da data de emissão até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas na menor periodicidade admitido em lei.

2.2.2. As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a serem cobertas pela **EMISSIONA**.

2.2.3. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, venha a incorrer para

resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela **EMISSORA**.

2.2.4. A cada Assembléia de Debenturistas que o Agente Fiduciário vier a participar será cobrado uma taxa de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), além das despesas gastas com locomoção, hospedagem, etc.

2.2.5. Caso a **EMISSORA** vier a se tornar inadimplente nos honorários deste Agente Fiduciário, os debenturistas se comprometerão a pagar no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de vencimento da notificação a ser feita à **EMISSORA** por este Agente Fiduciário.

3. **SUBSTITUIÇÃO:**

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncias, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **AGENTE FIDUCIÁRIO** a ser substituído, pela **EMITENTE**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à **EMISSORA** efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

PARÁGRAFO SEGUNDO

É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** fica sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 80. da Instrução CVM nr. 28, de 23/11/83 e eventuais normas posteriores.

PARÁGRAFO QUARTO

A substituição em caráter permanente, do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, deve ser objeto de aditamento à escritura de emissão, devendo o mesmo ser averbado no registro de imóveis no qual foi registrada escritura de emissão.

PARÁGRAFO QUINTO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

PARÁGRAFO SEXTO

Aplicam-se às hipóteses de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas e preceitos a respeito baixados por ato da CVM.

4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro da escritura de emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste caso, o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das debêntures;

h) verificar a regularidade da constituição das garantias flutuantes e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, da Fazenda Pública, cartórios de protestos, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da **EMISSORA**;

j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;

k) examinar, enquanto puder ser exercido o direito à conversão de debêntures em ações, a alteração do estatuto da Companhia emissora que objetiva mudar o objeto da companhia, ou criar ações preferenciais ou modificar as vantagens das existentes, em prejuízo das ações em que são conversíveis as debêntures, cumprindo-lhe convocar assembléia especial dos debenturistas para deliberar acerca da matéria, ou aprovar, nos termos do parágrafo 2 do art. 57 da Lei n. 6.404/76, a alteração proposta.

l) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **EMISSORA** deve efetuar suas publicações;

m) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

n) elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1o., letra "b" da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

n.1.) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMISSORA**;

n.2.) alterações estatutárias ocorridas no período;

CS

Key Cd

n.3.) comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA** enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da **EMISSORA**;

n.4.) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

n.5.) resgate, amortização, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**;

n.6.) constituição e aplicação do Fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;

n.7.) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;

n.8.) relação dos bens e valores entregues a sua administração;

n.9.) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento;

n.10.) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**;

n.11.) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures;

o) colocar o relatório de que trata o inciso anterior a disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais:

o.1.) na sede da **EMISSORA**;

o.2.) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

o.3.) na CVM;

o.4.) nas Bolsas de Valores, quando for o caso;

o.5.) na Instituição que liderou a colocação das debêntures;

p) publicar, nos órgãos da Imprensa em que a **EMISSORA** deve efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas onde o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados nas subalíneas da alínea "o" anterior;

MS

Handwritten signature

Handwritten signature

q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto a **EMISSORA**, e a Instituição prestadora de serviços de debenturistas escriturais;

r) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas;

s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer.

t) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela **EMISSORA**, de obrigações assumidas na presente escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

t.1.) à CVM;

t.2.) às Bolsas de Valores, quando for o caso;

t.3.) ao Banco Central, quando se trata de instituição por ele autorizada a funcionar.

5. ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

a) declarar, observadas as condições da presente escritura, antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;

b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;

c) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**;

d) requerer a falência da companhia emissora se não existirem garantias reais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

anf

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista na letra "a" acima na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** somente se eximirá de responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b" e "d" do "Caput" desta cláusula se, convocada a Assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "c" do "Caput" desta cláusula.

6. DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

A **EMISSORA** ressarcirá o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

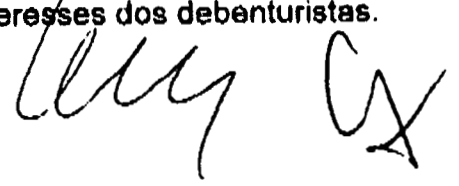
O ressarcimento a que se refere esta cláusula, será efetuado imediatamente após a entrega à **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

cup



PARÁGRAFO TERCEIRO

O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do parágrafo primeiro, será acrescido à dívida da **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VI - DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente escritura.

VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures de cada uma das séries desta emissão poderão, a qualquer tempo, de forma separada para cada uma das séries reunir-se em Assembléia Especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas de cada série.

2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSORA**, por **DEBENTURISTAS** que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.

3. Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber o disposto na Lei nr. 6.404/76, para a Assembléia Geral de Acionistas.

4. A Assembléia se instalará em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou aquele que for designado pela CVM.

5. Na hipótese da Assembléia não ter sido convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, o mesmo deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

6. Nas deliberações da Assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

7. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

8. Para efeito da constituição do "quorum" a que se refere esta cláusula, serão excluídas do número de debêntures, as pertencentes à **EMISSORA**.

VIII - DO FORO

Fica eleito o foro principal da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta escritura.

Estando assim certos e ajustados, firmam as partes o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 04 de dezembro de 1995.

EMISSORA:



Diretor

IOCHPE-MAXION S.A.



Diretor

AGENTE FIDUCIÁRIO:

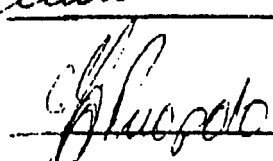


**SANVEST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

TESTEMUNHAS:



MARUSA CORREIA DE SOUZA
R.G. 4.233.671
CIC 232.210.708-63



TANIA CRISTINA MONTUORI PUOPOLO
R.G. 16.711.112
CIC 062.753.418-07,9

societar/maxion/debentur.doc